



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0000257-69.2016.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Rio do Campo

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 06/2016-CGJ

Período da correição: 28-3-2016 a 27-5-2016

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Simone Boing Guimarães

Assessora Técnica Correicional: Débora Zitta

Assessora Técnica: Karolina Oliveira Fontanela Coimbra



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 189/2016 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Rio do Campo

Unidade: Vara Única

Municípios integrantes: Rio do Campo e Santa Terezinha

Juiz titular: Gilberto Kilian dos Anjos

Chefe de cartório: Fabiola Dell' Antônio

Última correição por equipe da CGJ/SC: 26-8-2013 à 25-10-2013 - Autos de Correição Virtual n. 0012372-30.2013.8.24.0600.

Competência: Vara Única

Entrância: Inicial



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.834
1.1.2	Processos em andamento	1.685
1.1.3	Procedimentos em andamento	149
1.1.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência maio de 2016.		
b) Destaca-se que do total de processos em tramitação na unidade, 184 referem-se a processos de Execução Fiscal, 166 referem-se a processos do Juizado Especial Cível e 45 referem-se a processos do Juizado Especial Criminal.		

1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	1.447
1.2.2	Processos em andamento	1.323
1.2.3	Procedimentos em andamento	124
1.2.4	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara). Mês de referência maio de 2016.		

1.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos conclusos

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.3.1	Quantidade total de processos com o juiz	616	57	673
1.3.1.1	Observação			
a) Informações obtidas em 15-6-2016 (fls. 66)				

1.4 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos distribuídos

	Período	Total	Média mensal
1.4.1	Janeiro a dezembro de 2014	1.449	121
1.4.2	Janeiro a dezembro de 2015	1.424	119
1.4.3	Janeiro a abril de 2016	495	124
1.4.4	Observações		
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.			



1.5 FILAS DE TRABALHO – Processos eletrônicos

	Indicador		Valor
1.5.1	Processos nas filas de trabalho há mais de 100 dias		102
	Cível Genérico - Processo		
1.5.1.1	Ag. Encerramento do ato	4	
1.5.1.2	Ag. Prazo	3	
1.5.1.3	Concluso para Decisão Interlocutória	6	
1.5.1.4	Concluso para Despacho	2	
1.5.1.5	Concluso para Despacho Saneador	20	
1.5.1.6	Concluso para Julgamento Antecipado	9	
1.5.1.7	Concluso para Sentença	10	
1.5.1.8	Concluso 10	15	
1.5.1.9	Cumprir Hasta Pública	2	
	Criminal – Genérico - Processo		
1.5.1.10	Ag. Encerramento do ato	1	
1.5.1.11	Ag. Prazo	3	
	Execução Fiscal - Processo		
1.5.1.12	Ag. Encerramento do Ato	1	
1.5.1.13	Concluso para Decisão Interlocutória	2	
1.5.1.14	Concluso para Sentença	1	
1.5.1.15	Cumprir Hasta Pública	5	
	Execução Penal - Processos		
1.5.1.16	Ag. Prazo	3	
1.5.1.17	Cumprir Urgente	1	
	Família - Processo		
1.5.1.18	Ag. Encerramento do Ato	3	
1.5.1.19	Concluso para Despacho	1	
1.5.1.20	Concluso para Sentença	2	
	Juizado Especial Cível - Processos		
1.5.1.21	Ag. Prazo	2	
1.5.1.22	Concluso para Despacho Saneador	1	
1.5.1.23	Concluso para Sentença	1	
	Juizado Especial Criminal		
1.5.1.24	Ag. Prazo	1	
	Juizado Especial Fazendário		
1.5.2.25	Ag. Encerramento do Ato	2	
1.5.1.26	Concluso para Despacho Saneador	1	



1.5.1.27	Observações
<p>a) Informações obtidas em 15-6-2016.</p> <p>b) Na data de 15-6-2016 foi verificado o fluxo de trabalho dos processos eletrônicos e foram analisadas as seguintes filas:</p> <p>b.1) Ag. Análise do Cartório: existem 15 processos na fila. O mais antigo data de 8-6-2016.</p> <p>b.2) Ag. Análise – Recursos: não existem processos na fila.</p> <p>b.3) Cumprir urgente: existem 21 processos na fila. O mais antigo data de 20-11-2015.</p> <p>b.4) Recebido do Juiz: existem 21 processos na fila. O mais antigo data de 9-5-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Despacho: existem 43 processos na fila. O mais antigo data de 13-5-2016</p> <p>Recebido do Juiz – Decisão: existem 9 processos na fila. O mais antigo data de 30-5-2016.</p> <p>Recebido do Juiz – Sentença: existem 13 processos na fila. O mais antigo data de 9-5-2016.</p> <p>b.5) Escrivão: existem 5 processos na fila. O mais antigo data de 30-5-2016.</p> <p>b.6) Ag. Audiência e Cumprir Audiência: constatou-se a existência de 1 processo com audiência já realizada.</p> <p>b.7) Arquivado Definitivamente: foram analisados 5 processos (n. 0000530-32.2015.8.24.0143, 0300012-66.2014.8.24.0143, 0300177-79-2015.8.24.0143, 0300281-71.2015.8.24.0143, 0300341-78.2014.8.24.0143), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando o arquivamento. Os processos foram arquivados anteriormente a alteração do art. 327 do CNCGJ, não sendo necessária a certidão de arquivamento.</p> <p>b.8) Processo Suspenso: foram analisados 5 processos (n. 0001112-81.2014.8.24.0143, 0300289-82.24.0143, 0500032-15.2010.8.24.0143, 0000324-81.2015.8.24.0143, 0000025-07.2015.8.24.0143), por amostragem. Verificou-se que em todos há decisão determinando a suspensão.</p>	

1.6 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

MOVIMENTAÇÃO/SENTENÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Processos sem movimento há mais de 180 dias	O relatório não deve trazer registro	108	60
1.6.1.1	Percentual de processos sem movimentação há mais de 180 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade.		5,70%	3,16%
1.6.1.2	Observações			
<p>a) Primeira verificação: mês de referência fevereiro de 2016 (fls. 14-15).</p> <p>b) Segunda verificação: mês de referência maio de 2016 (fls. 61-62).</p> <p>c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).</p>				



	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.2	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	5	4
1.6.3	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).		13	37
1.6.4	Audiências com situação “pendente” há mais de 30 dias.		0	0
1.6.5	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013, nos Juizados Especiais.		38	67
1.6.6	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2016, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2013.		3	2
1.6.7	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2016, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2013.		2	2
1.6.8	Observações	a) Primeira verificação em 22-3-2016 (fls. 16-21). a.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de dezembro de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ. b) Segunda verificação em 15-6-2016 (fls. 69-79). b.1) Itens 1.6.5 a 1.6.7: dados do mês de abril de 2016 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.		



PENDÊNCIAS

1.6.9	Pendências em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 29-2-2016)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	Primeira verificação	Segunda verificação
	Petição intermediária		38	0
	Peticionamento eletrônico		19	12
	Mandados		8	0
	AR		3	0
1.6.9.1	Observações			
a) Primeira verificação em 22-3-2016 (fl. 24). b) Segunda verificação em 15-6-2016 (fl. 63).				

MANDADOS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.10	Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registros	22	14
1.6.10.1	Observações			
a) Primeira verificação em 22-3-2016 (fl. 25). b) Segunda verificação em 15-6-2016 (fl. 64).				

PROCESSOS ELETRÔNICOS EM OUTROS SETORES

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+100d	Total	+100d
1.6.11	Outros setores				
1.6.11.1	Contadoria	2	0	0	0
1.6.11.3	Ministério Público	9	0	17	0
	Petição Inicial – Ag. Digitalização	3	2	1	1
1.6.11.4	Serviço Social	2	0	1	0
1.6.11.5	Observações				
a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 15-6-2016 (fl. 65).					



PROCESSOS FÍSICOS EM CARGA

	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
1.6.12	Quantidade total de processos em carga	181		83	
	Local	Total	+100d	Total	+100d
	Cargas internas				
1.6.12.1	Juiz Gilberto Kilian dos Anjos	0	0	41	0
1.6.12.2	Juiz Eduardo Passold Reis	102	65	0	0
1.6.12.3	Juiz Rafael Espíndola Berndt	22	0	8	0
1.6.12.4	Juiz Raphael Mendes Barbosa	0	0	8	0
1.6.12.5	Ministério Público	0	0	7	0
	Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ				
1.6.12.6	Advogado	42	5	7	1
1.6.12.7	Leiloeiro	0	0	7	0
1.6.12.8	Perito	2	0	1	0
1.6.12.9	Delegacia de Polícia	1	1	0	0
1.6.12.10	Procuradorias	12	3	4	0
1.6.12.11	Observações				
	a) Primeira verificação: mês de referência janeiro de 2016. Na data da primeira verificação o mês de fevereiro estava indisponível.				
	b) Segunda verificação: mês de referência maio de 2016 (fl. 66).				
	c) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).				



1.6.13 PROCESSOS COM MESMO LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.6.13.1	Cartório - recebido do advogado	0	0	0	0
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.6.13.2	Cartório – aguardando	5	3	12	8
1.6.13.3	Cartório – aguardando AR	10	0	7	1
1.6.13.4	Cartório – aguardando carta precatória	40	33	10	9
1.6.13.5	Cartório – aguardando confecção de relação	0	0	20	0
1.6.13.6	Cartório – aguardando mandado	16	5	7	0
1.6.13.7	Cartório – aguardando publicação de relação	39	0	0	0
1.6.13.8	Cartório – arquivar	5	2	12	0
1.6.13.9	Cartório – escaninho da delegacia	0	0	1	0
1.6.13.10	Cartório – escaninho do advogado	3	1	4	0
1.6.13.11	Cartório – escaninho do juiz	58	0	10	1
1.6.13.12	Cartório – escaninho do juiz (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.13	Cartório – escaninho do promotor	6	0	1	0
1.6.13.14	Cartório – prazo 1 a 31	99	17	33	6
1.6.13.15	Cartório – mesa do escrivão	12	1	9	2
1.6.13.16	Cartório – mesa do escrivão (assinaturas)	0	0	0	0
1.6.13.17	Cartório – mesa 01 a 10	7	4	1	0
	Expedição/cumprimento				
1.6.13.18	Cartório – cumprir despacho	80	5	12	1
1.6.13.19	Cartório – cumprir despacho urgente	0	0	0	0
1.6.13.20	Cartório – expedir alvará	0	0	0	0
1.6.13.21	Cartório – expedir correspondência	0	0	0	0
1.6.13.22	Cartório – expedir edital	0	0	0	0
1.6.13.23	Cartório – expedir formal	0	0	0	0
1.6.13.24	Cartório – expedir mandado	0	0	0	0
1.6.13.25	Cartório – expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.6.13.26	Cartório – aguardando juntada	0	0	0	0
1.6.13.27	Cartório – aguardando petição	1	0	1	0
1.6.13.28	Cartório – aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.6.13.29	Observações				

a) Primeira verificação em 22-3-2016 (fl. 27). O relatório de processos localizados em "Cartório – escaninho do juiz" está junto às fls. 28-29.

b) Segunda verificação em 15-6-2016 (fl. 67). O relatório de processos localizados em "Cartório – escaninho do juiz" está juntado à fl. 68.

c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".



1.7 REGISTROS CRIMINAIS

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	440	62
1.7.2	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		114	52
1.7.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		65	56
1.7.4	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		5	3
1.7.5	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		0	0
1.7.6	Mandados de prisão em aberto com erros		3	0
1.7.7	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	64	16
1.7.8	Observações	a) Primeira verificação em 22-3-2016 (fls. 30-36). b) Segunda verificação em 15-6-2016 (fls. 80-85).		

1.7.9	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterá os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	2	1
		Definitivo	15	17	
1.7.9.1	Réu preso - total		17	18	
1.7.9.2	Observações		a) Primeira verificação em 22-3-2016 (fls. 37-38). b) Segunda verificação em 15-6-2016 (fls. 86-87).		



[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]



1.8 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.8.1	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.	Parcialmente alimentado	Alimentado
1.8.2	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Alimentado	Alimentado
1.8.3	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.8.4	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Alimentado	Alimentado
1.8.5	Observações	<p>a) Primeira verificação em 22-3-2016 (fls. 42-43).</p> <p>a.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 101 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA, 166 estão com a situação “a definir” (fl. 44).</p> <p>a.2)Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados (fl. 45).</p> <p>a.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) – fls. 46-47. a consulta ao SAJ foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.</p> <p>b) Segunda verificação em 15-6-2016.</p> <p>b.1) Item 1.8.1 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): verificou-se que há 128 bens cadastrados no SAJ, com a situação “apreendido/sob custódia”. Quanto aos registros de bens cadastrados no SNBA que estão com a situação “a definir”, não foi possível a extração do relatório em virtude de inconsistência do sistema na data da extração. No entanto, há 466 registros de bens cadastrado no SNBA (fl. 91). Dessa forma foi realizada amostragem em cinco processos n.0000683-31.2015.8.24.0143, 000621-88.2015.8.24.0143, [REDACTED], 0000219-70.2016.8.24.0143,</p>		



0000334-62.2014.8.24.0143, sendo constatado que os bens correspondentes aos processos mencionados estão cadastrados no SNBA.

b.2) Item 1.8.3 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados.

b.4) Item 1.8.4 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ (período 1-1-2014 a 14-6-2016) foi dividida em três classes: 1 - Ação Civil Pública, 28 - Ação Popular e 328 - Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período especificados acima, a pesquisa no SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI do CNJ.



1.9 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.9.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ e art. 409 do CNCGJ.	Não se aplica	Não se aplica
1.9.1.1	Observações	Não se aplica em face da competência da unidade. a) Primeira verificação em 22-3-2016. b) Segunda verificação em 15-6-2016. c) Não existe programa institucional de acolhimento e/ou programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 7 de julho de 2016.

Karolina Oliveira Fontanela Coimbra
Assessora Técnica - Mat. 23.561

De acordo.

Débora Zitta
Assessora Técnica Correicional – Mat. 5.701